



## **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 103/2026**

### **UASG nº 102146 - FORP/USP**

**Processo SEI nº 154.00010059/2026-18**

#### **OBJETO**

**Contratação de SERVIÇO DE REFORMA DE PAINEL ELÉTRICO/QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS**, nos termos do inciso II do caput do art. 75 da Lei federal nº 14.133/2021

#### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 14.518,82**

#### **DATA DA SESSÃO**

Dia **07/07/2026**

#### **HORÁRIO DA FASE DE LANCES**

Das **08h até 14h**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS  
SIM**

**Critério de Julgamento: maior desconto**

**Link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br> (UASG 102146)**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

### Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.....	3
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL .....	5
4. FASE DE LANCES.....	7
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	7
6. HABILITAÇÃO.....	10
7. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.....	10
8. CONTRATAÇÃO.....	11
9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	12
10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	14



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

## FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

### Processo SEI nº 154.00010059/2026-18

Torna-se público que a **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**, por meio do(a) **Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto**, realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento **maior desconto**, na hipótese do inciso II, *caput*, do artigo 75 da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#) e demais normas aplicáveis.

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de SERVIÇO DE REFORMA DE PAINEL ELÉTRICO/QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **maior desconto**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento/serviço que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão/entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

2.2. Para **o(s) item(ns) acima descritos**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento.

2.3. Nos limites previstos no artigo 4º da Lei federal nº 14.133/2021 e na Lei Complementar federal nº 123/2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/2007 e no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

2.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);

2.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do artigo 14 da Lei federal nº 14.133/2021;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- g) não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante,



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- h) a vedação de que trata a alínea g deste subitem, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- i) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- j) sociedades cooperativas;
- k) pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

### 2.5. Será permitida a participação de:

- a) cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
  - a.1) Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto [no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007](#).

2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7. O disposto na alínea “c” do subitem 2.4.3. aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

## 3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.1.1. O fornecedor **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

- 3.3.1. Quando o objeto abranger a contratação de serviços, a proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.3.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.4. Independentemente do percentual do tributo que constar da proposta/planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que compõe os Anexos deste Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto contratado nos seus termos, bem como de fornecer/utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- 3.7. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 3.7.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 3.7.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
  - 3.7.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
  - 3.7.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).
  - 3.7.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).
- 3.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no artigo 34 da Lei federal nº 11.488/2007 (**se admitida a participação de cooperativas**) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do artigo 4º supracitado, conforme especificado no item 3.9.1 subsequente.
  - 3.8.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 123/2006 as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei federal nº 14.133/2021.

- 3.8.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no item 3.9.1, o fornecedor deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar federal nº 123/2006.
- 3.8.3. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
  - 3.9.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Aviso.
    - 3.9.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.
  - 3.9.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
  - 3.9.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### 4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.3. O lance deverá ser ofertado pelo **percentual de desconto** do item.
- 4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 4.4.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
  - 4.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **1% (um por cento)**.
- 4.5. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

- 4.7. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.8. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
  - 4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

### 5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, poderá haver a negociação das condições mais vantajosas.
  - 5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
  - 5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
  - 5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, na hipótese de modelo disponibilizado pela Administração neste Aviso, com os valores adequados à proposta vencedora.
    - 5.3.2. O prazo para envio da proposta é o mesmo que consta no item 6.3 deste Aviso.
- 5.4. Encerrada a etapa de negociação, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.4. e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 5.4.1. SICAF;
  - 5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
  - 5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

- 5.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 5.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 5.4.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- 5.4.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 5.5. Sempre que aplicável, as consultas aos cadastros acima serão realizadas em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
  - 5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
  - 5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
  - 5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 5.8.1. conter vícios insanáveis;
  - 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;
  - 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, se for o caso;
  - 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

- 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
  - 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
  - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
  - 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
  - 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **60 (sessenta) minutos**, sob pena de inabilitação. (art. 17, § 2º - [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#)).
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial,



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 6.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, no caso de centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
  - 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

### 7. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 7.1. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.
- 7.2. O Agente de Contratação irá consultar os fornecedores, via chat, sobre eventual intenção de interpor recurso.
- 7.3. A intenção de recorrer, devidamente motivada, deverá ser manifestada imediatamente, via CHAT, sob pena de preclusão;
- 7.4. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos e deverão ser encaminhadas via *e-mail*: [material@forp.usp.br](mailto:material@forp.usp.br).
- 7.5. As razões recursais deverão ser encaminhadas via *e-mail*: [material@forp.usp.br](mailto:material@forp.usp.br) no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data do ato de habilitação ou inabilitação.
- 7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação formal via *e-mail*: [material@forp.usp.br](mailto:material@forp.usp.br).
- 7.10. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, exauridos os recursos administrativos, e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no artigo 71 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### 8. CONTRATAÇÃO



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 8.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada;
- 8.1.2. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar;
- 8.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL” nos termos da Lei Estadual nº 12.799/2008;
- 8.1.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 5.5.
- 8.2. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
- 8.2.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida no Termo de Referência que compõe o Anexo I deste Aviso;
- 8.2.2. outra(s) exigência(s) que seja(m) definida(s) no Termo de Referência.
- 8.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 8.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
- 8.3.2. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 8.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 8.4. O Aceite do instrumento equivalente, quando houver, emitido ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 8.4.1. referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;
- 8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

- 8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência e/ou Termo de Contrato, quando houver.
- 8.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

### 9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Observadas as disposições da [Resolução USP nº 8548/2023](#), que integra este Aviso, e cuja íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.leginf.usp.br>, comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:
- 9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
  - 9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
  - 9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - 9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
    - 9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
  - 9.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da extinção do instrumento contratual, resguardado o direito à ampla defesa (art. 24 – [Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024](#)), às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

- b) Multa calculada em percentual de 2% a 30% sobre o valor respectivo indicado nos artigos 4º, 8º e 9º, da Resolução USP nº 8548/2023, conforme o caso, observadas as demais disposições da mencionada normativa;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#)).
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 9.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis (art. 26, alínea “b” – Resolução USP nº 8548/2023), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 9.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 9.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 9.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 9.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
  - 9.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso,



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#)).

- 9.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.13. As multas devidas pelo contratado poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente (art. 11 – Resolução USP nº 8548/2023).
- 9.14. As multas e demais débitos não pagos pelo contratado são passíveis de registro no **CADIN** Estadual, mediante prévio procedimento administrativo, observado o contraditório e a ampla defesa, em consonância com o disposto na Portaria GR nº 6723/2016.
- 9.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade nos seguintes sistemas:
  - 9.15.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);
  - 9.15.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
  - 9.15.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções - (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
  - 9.15.4. Sistema Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

### 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
  - 10.1.1. republicar o presente Aviso com uma nova data;
  - 10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
    - 10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - 10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

- 10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 10.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
  - ANEXO I – Orientações sobre a retenção de imposto de renda;
  - ANEXO II - Termo de ciência e notificação;
  - ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial;
  - ANEXO IV – Termo de Referência;
  - ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

**Ribeirão Preto, data da assinatura eletrônica.**

**Prof. Dr. Ricardo Gariba Silva**

**Diretor da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto**



# **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP**

## **ANEXOS**



# **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP**

## **ANEXO I – ORIENTAÇÕES SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA**

Em razão da publicação da IN RFB nº 2.145/2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, a Universidade de São Paulo, na condição de Autarquia Especial do Governo do Estado de São Paulo, deverá realizar a retenção na fonte do valor correspondente ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente sobre rendimentos pagos às pessoas jurídicas contratadas para fornecimento de bens e prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observadas as disposições da Lei nº 9.430/1996, do Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda) e da Portaria Conjunta CGE/CAF nº 01/2023.

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012**

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023**

Por decorrência, será de exclusiva responsabilidade da pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço destacar no documento fiscal a alíquota a ser descontada, observadas as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e a coluna "IR (02)" do Anexo I da mesma Instrução ou, quando amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero, destacar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do Imposto sobre a Renda (IR) ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou do serviço.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

## ANEXO II – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADO:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:**

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e

Página 19 | 26



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

### LOCAL e DATA:

### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

### RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela **CONTRATANTE**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela **CONTRATADA**:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### DEMAIS RESPONSÁVEIS:



# **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

## **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP**

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_



# **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP**

## **ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

## PROPOSTA COMERCIAL

**CIDADE, DIA DE MÊS DE ANO**

À

Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto – USP Ribeirão Preto

Av. do Café, s/n – Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP, 14040-904

Razão social: **XXXX**

Endereço: **XXXXXX**

E-mail: **XXXX**

Telefone: **XXXXXX**

CNPJ: **XXXXXX**

### ORÇAMENTO

Objeto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
Inserir	Inserir	000	R\$ XXX	R\$ XXX
Inserir	Inserir	000	R\$ XXX	R\$ XXX
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ XXX</b>

### Descrição do material/serviço



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

**INSERIR (inclusive marca e modelo)**

**Prazo de Entrega:** 20 dias

**Prazo de pagamento:** 28 dias

**Validade da Proposta:** 60 dias

**Garantia:** Conforme termo de referência

-

## Dados Bancários

**INSERIR DADOS**

Necessário ser conta bancária no Banco do Brasil, conforme artigo 2º do Decreto Estadual nº 62.867/2012 e o artigo 6º da Portaria GR nº 8249/2023.

As proponentes que não possuem conta bancária no Banco do Brasil, devem declarar estar cientes que esses dados deverão ser informados pela empresa vencedora, para que possa ser possível o pagamento, na qualidade de futura contratada.

Se o proponente for MEI, favor indicar se a Conta Corrente é de Pessoa Jurídica ou não.

## Considerar:

- ISENÇÃO de ICMS conforme Artigo 55 do Decreto Nº 48.034/2003.
- Ciente da Retenção de IR prevista na IN RFB 2145/2023

Estamos de acordo com os termos da Lei 14.133/21 e suas alterações, bem como a resolução 8548/23 e a portaria 8249/23.

Atenciosamente,



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP

---

Identificação do responsável

CPF do responsável

ASSINAR COM ASSINATURA ELETRÔNICA (ASSINADOR GOV.BR)



# **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 103/2026 – FORP/USP**

**ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – CONTRATAÇÃO DIRETA

### UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

Processo SEI nº 154.00010059/2026-18

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de **SERVIÇO DE REFORMA DE PAINEL ELÉTRICO/QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDA DE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<b>Serviço de reforma de painel elétrico</b>  Fornecimento e instalação completa de quadro de distribuição de energia elétrica, com desmontagem e remoção do quadro existente, emissão de ART, testes e entrega em operação, <b>conforme Memorial</b>	2585	Serviço	1	14.518,82	14.518,82



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

	Descritivo em anexo.					
--	----------------------	--	--	--	--	--

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no [Decreto estadual nº 67.985, de 2023](#).
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias** contados do(a) **termo de início dos serviços**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## Subcontratação

- 1.4. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se no processo da contratação em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
- 2.2. O objeto da contratação NÃO está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme justificativa constante no ETP:  
“Contratação não prevista no PCA. Necessidade identificada durante obras de reforma, quando o acionamento de equipamentos revelou vício oculto no sistema elétrico (curtos-circuitos e disjuntores desarmando), impossível de antecipar previamente”.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se no processo da contratação em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### SUSTENTABILIDADE

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.1.1. Os prestadores de serviço devem, preferencialmente, ter origem local e prestar os serviços na Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, para evitar emissão de poluentes atmosféricos com o transporte;
  - 4.1.2. Os equipamentos e materiais utilizados na execução do serviço devem ser compostos, preferencialmente, por materiais de origem sustentável e com possibilidade de reciclagem;
  - 4.1.3. Os prestadores de serviços devem, preferencialmente, destinar os resíduos da prestação de serviços para destinos sustentáveis e, se possível, para a reciclagem;
  - 4.1.4. Os equipamentos utilizados na prestação do serviço devem, preferencialmente, atender aos requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), qualificados como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
  - 4.1.5. O fornecedor e os eventuais fabricantes dos materiais utilizados na prestação do serviço devem, preferencialmente, promover a compensação dos gases de efeito estufa emitidos na cadeia de produção (“pegada de carbono”).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## Garantia da contratação

- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## Vistoria

- 4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:00** horas às **17:00** horas.
- 4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.6. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.7. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Execução

- 1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 1.1.1. Início da execução do objeto: **03 dias da emissão da ordem de serviço;**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 1.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **Conforme Memorial Descritivo Anexo.**
- 1.1.3. Cronograma de realização dos serviços: **60 dias para término da execução do serviço.**

## Local e horário da prestação dos serviços

- 1.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço **Av. do Café – Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP, 14040-904 – Laboratório de Radiologia no Bloco Q da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto.**
- 1.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **08h00 às 17h00.**

## Rotinas a serem cumpridas

- 1.4. A execução contratual observará as rotinas em anexo (Memorial Descritivo).

## Materiais a serem disponibilizados

- 1.5. Para a perfeita execução dos serviços, o **CONTRATADO** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas em Anexo (Memorial Descritivo), promovendo sua substituição quando necessário.

## Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- V.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo **9 (nove) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- V.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## Preposto

- 6.6. O **CONTRATADO** designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

## Fiscalização

- 6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

## Fiscalização Técnica

- 6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

melhores resultados para a Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).

- 6.9. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).
- 6.10. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.11. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º);
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#));

## Fiscalização Administrativa

- 6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.16. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

## Gestor do Contrato

- 6.17. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).
- 6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios indicados neste item para aferição da qualidade da prestação de serviços, sempre levando-se em conta o quantitativo contratado e seus respectivos preços unitários, nos termos do item 1, para fins de glosa.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o **CONTRATADO**:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **30 (trinta) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do **CONTRATADO** com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao **CONTRATADO**, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.7.2. O **CONTRATADO** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- 7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **90 (noventa) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
  - 7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, VII).
  - 7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao **CONTRATADO**, por escrito, as respectivas correções;
  - 7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 7.9.4. Comunicar o **CONTRATADO** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - 7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO** para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo **CONTRATADO**, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

- 7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;
- 7.15. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

## Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados do dia seguinte ao recebimento provisório do serviço, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#) e da [Portaria GR. nº 8249/2023](#).
- 7.17.1. São condições para a liberação do pagamento:
- a) O recebimento definitivo do objeto;



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- b) A entrega da documentação fiscal completa;
  - c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº. 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do [Decreto Estadual nº. 53.455/2008](#).
- 7.18. Havendo atraso no pagamento por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado.
- 7.18.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.18.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pela empresa contratada.
- 7.19. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.20. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.21. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.22. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

## Forma de pagamento

- 7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.24.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, **na forma eletrônica**, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MAIOR DESCONTO**.

### Forma de fornecimento

8.2. **A execução do objeto será integral.**

### Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

a. **SICAF**;



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
  - c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
  - d. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
  - e. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
  - f. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
  - g. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 8.4. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
- 8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

- 8.12. Observadas as disposições do art. 18 do Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, e considerando que o objeto desta contratação se encontra enquadrado no Inciso II, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

- 8.12.1. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, do domicílio ou sede do fornecedor;

- 8.12.1.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- 8.12.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 8.12.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), **referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 8.12.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

8.13 Todos os documentos necessários para habilitação devem ser apresentados exclusivamente em meio digital, aceitando-se tanto formatos nativamente digitais quanto documentos digitalizados. Essa exigência abrange não apenas os documentos especificamente mencionados neste TR/contrato, mas se estende a toda a documentação pertinente. No caso de documentos nato-digitais, a apresentação seguirá as normas e regulamentações vigentes, garantindo a conformidade legal e a eficiência na gestão documental.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

8.13.1 Os documentos digitalizados serão considerados cópias simples, sendo que a apresentação de seus originais só será necessária quando a lei expressamente exigir, em conformidade com o processo administrativo em meio eletrônico (§ 3º, art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

8.13.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital (§ 1º, art. 4º da Instrução Normativa nº 3, de 2018).

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a **R\$ 14.518,82 (quatorze mil, quinhentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos)**.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: **102146**;
- II. Fonte de Recursos: **Tesouro Estadual**;
- III. Programa de Trabalho: **122**;
- IV. Elemento de Despesa: **449052**;
- V. Plano Interno: **6351**.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**Ribeirão Preto, data da última assinatura eletrônica das partes.**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

---

Luís Felipe Borges Taveira (com base no ETP e TRP formulados por Heitor  
Gonçalez Sasaki)  
Analista para Assuntos Administrativos



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ANEXO I

### MEMORIAL DESCRITIVO

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO – FORP/USP**  
Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal – DESCOL

## **MEMORIAL DESCRITIVO**

### **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

*Laboratório de Radiologia Odontológica – Antiga Clínica do DESCOL*

<b>Autarquia</b>	Universidade de São Paulo – USP
<b>Unidade</b>	Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto – FORP/USP
<b>Setor demandante</b>	Departamento de Administração para Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal – DESCOL
<b>Objeto</b>	Fornecimento e instalação completa de quadro de distribuição de energia elétrica, com desmontagem e remoção do quadro existente, emissão de ART, testes e entrega em operação
<b>Demanda de Compra</b>	nº 177300/2026
<b>Código CATMAT</b>	41599
<b>Local de instalação</b>	Laboratório de Radiologia Odontológica (antiga Clínica do DESCOL), Ribeirão Preto/SP
<b>Quantidade</b>	01 (fornecimento com serviço de instalação)

Ribeirão Preto / SP  
**2026**

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

---

1.1. O presente Memorial Descritivo tem por objeto o fornecimento e a instalação completa de 01 (uma) unidade de quadro de distribuição de energia elétrica, novo, devidamente montado, incluindo todos os componentes internos, acessórios e materiais necessários, bem como a desenergização, desmontagem e remoção do quadro de distribuição atualmente instalado, destinado a atender o Laboratório de Radiologia Odontológica da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FORP/USP).

1.2. A contratação é composta por fornecimento e serviço, sob responsabilidade técnica única, e compreende:

- a) O fornecimento de novo quadro de distribuição elétrica, montado, com todos os componentes internos (invólucro, barramentos, disjuntores, dispositivo de proteção contra surtos, trilhos, canaletas, terminais e acessórios), conforme as especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Memorial;
- b) A desenergização segura, a desmontagem e a remoção do quadro de distribuição atualmente instalado (identificado em campo como “QDF-01”), com destinação ambientalmente adequada dos materiais retirados;
- c) O fornecimento de todos os materiais, componentes, acessórios, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- d) A instalação completa, a fixação, a interligação elétrica e a identificação dos circuitos do novo quadro;
- e) A realização de todos os ajustes e adequações necessários à perfeita instalação e ao pleno funcionamento do sistema elétrico alimentado pelo quadro;
- f) O deslocamento (transferência) do circuito e do respectivo disjuntor de alimentação da Sala de Rede/Servidores (Informática), atualmente conectado ao quadro a ser substituído, para o Quadro Geral de Entrada (QGE) do edifício, localizado externamente ao laboratório, conforme detalhado no item 9.5;
- g) A elaboração e a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/SP;
- h) A execução dos testes, ensaios, energização assistida, comissionamento e a entrega do quadro em pleno funcionamento operacional.

1.3. O objeto destina-se a viabilizar a adequada e segura energização dos equipamentos do Laboratório de Radiologia Odontológica, em implantação na antiga Clínica do Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal (DESCOL) da FORP/USP, constituindo condição indispensável ao funcionamento do referido laboratório.

1.4. Para fins de identificação no sistema de compras: Código CATMAT 41599; unidade de medida “fornecimento com serviço de instalação completa”; quantidade total de 01 (uma) unidade, referente ao serviço completo de fornecimento e instalação do quadro de distribuição. No caso de divergência entre a descrição do item no CATMAT e neste Memorial, prevalecem as especificações e descrições contidas neste Memorial.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA**

---

### **2.1. Histórico da reforma do laboratório**

2.1.1. A FORP/USP tem em curso a reforma da antiga Clínica de Radiologia (Clínica do DESCOL) para implantação do Laboratório de Radiologia Odontológica, destinado ao desenvolvimento das aulas práticas da disciplina Radiologia Odontológica Básica do curso de graduação.

2.1.2. A reforma foi aprovada pelo Conselho do DESCOL em sua 153ª sessão, realizada em 6 de outubro de 2025 (Ofício Of.DESCOL/025/FORP), e abrange adequações estruturais, hidráulicas, de climatização e de mobiliário em diversas salas do espaço, compreendendo desde a radiologia analógica até a digital, com 06 (seis) boxes para técnicas radiográficas, sala de processamento de imagens e sala de interpretação.

### **2.2. Necessidade de substituição do quadro atual**

2.2.1. Durante a execução das obras de demolição, assentamento de pisos e demais serviços, ao serem acionados máquinas e equipamentos que demandam carga elétrica, o sistema elétrico do quadro que distribui energia para as salas apresentou curtos-circuitos, ocasionando choques e o desarme recorrente de disjuntores.

2.2.2. Após análise da Seção de Manutenção da FORP/USP, constatou-se a necessidade de reforma da parte elétrica, com a substituição integral do quadro de distribuição, serviço que demanda profissional habilitado e emissão de ART.

2.2.3. Registre-se que, anteriormente ao início das obras, o espaço encontrava-se desativado há considerável período e, em vistoria visual prévia, as instalações elétricas aparentavam bom estado de conservação. O comprometimento funcional do sistema somente se manifestou sob condições efetivas de carga, caracterizando vício oculto, circunstância superveniente e imprevisível que justifica a presente contratação.

### **2.3. Limitações do quadro existente**

2.3.1. O quadro de distribuição existente não possui capacidade, proteção e organização suficientes para suportar as novas cargas elétricas do laboratório, tampouco atende às exigências das normas ABNT NBR 5410 e NR-10.

2.3.2. Trata-se de equipamento antigo, com componentes obsoletos, cabeamento interno desorganizado, ausência de proteção frontal dos barramentos, ausência de dispositivo de proteção contra surtos (DPS) e de esquema unifilar, além de identificação precária dos circuitos, conforme caracterizado no Capítulo 6 deste Memorial.

### **2.4. Necessidade de alimentação elétrica dos novos equipamentos**

2.4.1. Para a plena operação do laboratório serão instalados 06 (seis) aparelhos de raios X intrabucais de alta frequência, 03 (três) sistemas radiográficos digitais baseados em placas de fósforo, 09 (nove) computadores, escâneres e 08 (oito) condicionadores de ar, cujas cargas elétricas foram consideradas no dimensionamento do novo quadro. A energização segura desses equipamentos depende da existência de quadro de distribuição adequado (vide Capítulo 5).

## 2.5. Importância da contratação

2.5.1. A adequação da infraestrutura elétrica é condição indispensável para a operação segura de todos os equipamentos previstos e para o funcionamento do Laboratório de Radiologia Odontológica, em benefício do ensino público de graduação em Odontologia.

2.5.2. A não realização da contratação implicaria a paralisação das obras em curso e o atraso na implantação do laboratório, com prejuízo direto ao ensino e desperdício dos recursos públicos já investidos, em afronta aos princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE ATENDIDO

3.1. O Laboratório de Radiologia Odontológica ocupa o espaço da antiga Clínica do DESCOL. O ambiente é composto por um corredor central de circulação e por nove salas, todas alimentadas pelo quadro de distribuição objeto desta contratação.

3.2. A composição e a destinação dos ambientes, conforme o projeto de reforma, são as seguintes:

Ambiente	Destinação
Corredor	Área central de circulação que interliga os ambientes; receberá armários ao fundo. Concentra a infraestrutura de distribuição e o quadro elétrico.
Sala 01 – Sala de Processamento de Imagens	Destinada ao processamento químico de filmes radiográficos e à aquisição de imagens digitais. Receberá bancada com pia, armários, ar-condicionado, pontos de rede e mesa/bancada para 03 (três) computadores conectados aos sistemas radiográficos digitais (escâneres de placas de fósforo).
Salas 02 a 07 – Boxes Radiológicos 01 a 06 (06 boxes)	Destinados ao desenvolvimento das técnicas radiográficas. Cada box receberá um aparelho de raios X intrabucal, cadeira para radiografia, ar-condicionado e porta de correr para radioproteção.
Salas 08 e 09 – Sala de Interpretação e Apoio	Resultante da remoção da parede divisória entre as salas 08 e 09. Destinada à interpretação de imagens; receberá ar-condicionado, ponto de rede e mesas/bancadas para 06 (seis) computadores.

3.3. Em síntese, o ambiente atendido compreende 06 (seis) boxes radiológicos, 01 (uma) sala de processamento de imagens, 01 (uma) sala de interpretação e apoio (resultante da junção das salas 08 e 09) e o corredor de circulação. A numeração das salas (01 a 09) refere-se ao layout existente, conforme croqui apresentado no Capítulo 4.

## 4. CROQUI E IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL

4.1. O croqui a seguir (Figura 1) apresenta a planta do Laboratório de Radiologia (situação atual da Clínica do DESCOL), com a disposição dos nove ambientes em torno de um corredor central de circulação. Os símbolos indicam os pontos elétricos e de utilidades existentes no espaço.

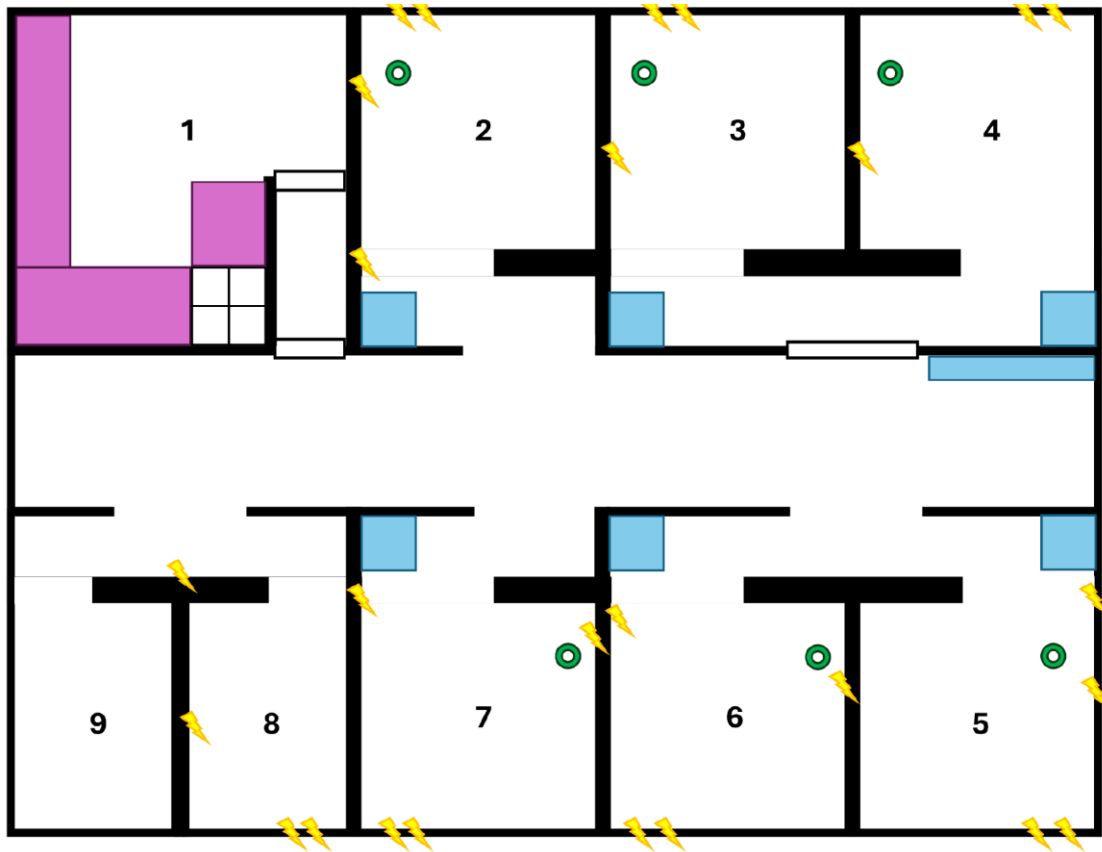


Figura 1 – Croqui/Planta do Laboratório de Radiologia (situação atual da Clínica do DESCOL).

4.2. A distribuição dos ambientes obedece a um traçado retangular, com um corredor longitudinal central. Na fileira superior situam-se as salas 01 (processamento, à esquerda), 02, 03 e 04; na fileira inferior situam-se as salas 05, 06, 07, 08 e 09. Os boxes radiológicos correspondem às salas 02 a 07, a sala de processamento à sala 01 e a sala de interpretação e apoio à junção das salas 08 e 09.

4.3. A título complementar, a Figura 1A apresenta a planta projetada após a reforma, com a disposição prevista de mobiliário e equipamentos nos ambientes.



## 6. LEVANTAMENTO DO QUADRO EXISTENTE

6.1. O quadro de distribuição atualmente instalado, identificado em campo como “QDF-01”, localiza-se em parede do corredor de circulação do laboratório. Trata-se de quadro metálico de sobrepôr, de formato vertical e grandes dimensões, com porta dotada de venezianas de ventilação.

6.2. Internamente, o quadro é alimentado por sistema trifásico e possui disjuntor geral em caixa moldada (dispositivo tripolar) na porção superior, com barramentos de cobre e cabeamento de alimentação. Na porção inferior, dispõe de duas colunas de disjuntores termomagnéticos, totalizando dezenas de circuitos de derivação.

6.3. As fotografias a seguir caracterizam o quadro existente e o seu local de instalação, devendo ser observadas pela Contratada para o planejamento da desmontagem, remoção e instalação do novo quadro.



Figura 2 – Foto 1: vista geral do quadro existente (QDF-01), com a porta fechada, instalado em parede do corredor.



Figura 3 – Foto 2: quadro com a porta aberta — vista do conjunto, com disjuntor geral na parte superior e colunas de disjuntores.



Figura 4 – Foto 3: vista aproximada do interior — disjuntor geral tripolar, barramentos e cabeamento de alimentação.



Figura 5 – Foto 4: detalhe do disjuntor geral em caixa moldada e dos barramentos de cobre.

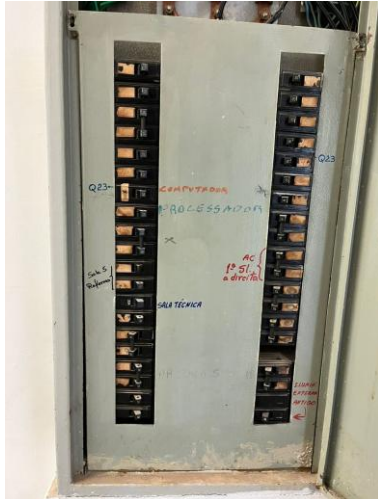


Figura 6 – Foto 5: detalhe das duas colunas de disjuntores termomagnéticos e da identificação manual dos circuitos.



Figura 7 – Foto 6: detalhe superior — disjuntor geral, barramentos de fase e barra de aterramento, com cabeamento.



Figura 8 – Foto 7: vista do quadro no contexto do corredor, com eletrodutos aparentes de alimentação.

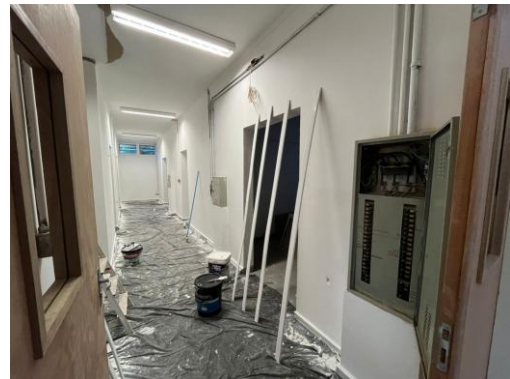


Figura 9 – Foto 8: vista do corredor do laboratório durante a reforma, com o quadro existente à direita.

## 7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO NOVO QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO

7.1. As características descritas neste capítulo constituem os requisitos técnicos MÍNIMOS exigidos para o novo quadro de distribuição. As marcas e modelos eventualmente citados servem exclusivamente como referência de qualidade e desempenho, sendo admitidos produtos equivalentes ou de qualidade superior, desde que atendam integralmente às normas e características aqui exigidas, vedada qualquer indicação de preferência por marca, em observância à Lei nº 14.133/2021.

7.2. Especificações mínimas:

Item	Especificação
<b>ESTRUTURA / INVÓLUCRO</b>	
<b>Material</b>	Chapa de aço carbono com pintura eletrostática a pó (epóxi-poliéster) ou material termoplástico autoextinguível, resistente à corrosão.
<b>Tipo construtivo</b>	Quadro de distribuição para montagem de sobrepor.
<b>Capacidade</b>	Mínimo de 40 (quarenta) módulos de disjuntores padrão DIN, com espaço superior reservado para o disjuntor geral trifásico. Dimensões de referência: 800 x 600 x 250 mm (A x L x P) ou superior, compatíveis com a quantidade de circuitos.
<b>Pintura / acabamento</b>	Pintura eletrostática a pó, acabamento liso, cor padrão (cinza RAL 7032 ou equivalente).
<b>Grau de proteção</b>	Mínimo IP54, conforme ABNT NBR IEC 60529 (áreas internas).
<b>Forma de montagem</b>	De sobrepor, com fixação à parede no local indicado.
<b>Porta</b>	Dotada de fecho e de porta-documentos formato A4 na face interna, para acondicionamento do esquema unifilar.
<b>TENSÃO / SISTEMA</b>	
<b>Tensão nominal</b>	127 / 220 V, sistema trifásico (3F + N + T).
<b>Frequência</b>	60 Hz.
<b>BARRAMENTOS</b>	
<b>Material</b>	Cobre eletrolítico de alta condutividade.
<b>Configuração</b>	Barramentos de fase montados sobre isoladores; barramentos isolados independentes para Neutro (N) e para Terra/Proteção (PE).
<b>Capacidade</b>	Dimensionados para corrente nominal mínima de 100 A.
<b>Proteção</b>	Proteção frontal do barramento em policarbonato.
<b>DISJUNTOR GERAL</b>	
<b>Tipo</b>	Disjuntor tripolar em caixa moldada (DTM).
<b>Corrente nominal</b>	100 A.
<b>Poder de interrupção (Icc)</b>	Mínimo 15 kA (referência: 30 kA em 220 V / 20 kA em 400 V).
<b>Norma</b>	ABNT NBR IEC 60947-2.

Item	Especificação
<b>DISJUNTORES DE CIRCUITO (DERIVAÇÃO)</b>	
<b>Tipo</b>	Minidisjuntores termomagnéticos, padrão DIN, curva C, conforme ABNT NBR IEC 60947-2 / IEC 60898.
<b>Poder de interrupção</b>	Mínimo 5 kA.
<b>Quantidades e correntes nominais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 08 (oito) minidisjuntores bipolares de 25 A;</li> <li>• 08 (oito) minidisjuntores unipolares de 25 A;</li> <li>• 04 (quatro) minidisjuntores bipolares de 20 A;</li> <li>• 08 (oito) minidisjuntores unipolares de 20 A.</li> </ul>
<b>Instalação</b>	Montagem em trilho DIN.
<b>DPS – DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS</b>	
<b>Classe</b>	Classe II.
<b>Configuração</b>	3F + N (conjunto de 04 unidades — proteção das três fases e do neutro).
<b>Características</b>	Uc 275 V; Imáx 45 kA (onda 8/20 µs); Inom 20 kA.
<b>Norma</b>	ABNT NBR IEC 61643-1; interface conforme ABNT NBR 5419.
<b>BARRAMENTOS DE TERRA E NEUTRO</b>	
<b>Configuração</b>	Barras independentes e isoladas para Neutro (N) e Terra/Proteção (PE), em cobre, com furação suficiente para todos os condutores e devidamente identificadas.
<b>IDENTIFICAÇÃO DOS CIRCUITOS</b>	
<b>Identificação</b>	Todos os circuitos identificados por plaquetas/etiquetas indelévels, em conformidade com o esquema unifilar.
<b>ESQUEMA UNIFILAR</b>	
<b>Esquema unifilar</b>	Diagrama unifilar do quadro afixado/acondicionado na face interna da porta (porta-documentos A4) e fornecido também em meio digital (PDF).
<b>PROTEÇÕES INTERNAS</b>	
<b>Proteções internas</b>	Proteção frontal dos barramentos e partes vivas em policarbonato; obturadores (tampas cegas) para os espaços/módulos reserva.
<b>RESERVAS TÉCNICAS</b>	
<b>Reservas</b>	Disponibilidade de espaço reserva para futura ampliação (espaços livres no trilho DIN, devidamente obturados), considerando a capacidade total mínima de 40 módulos.
<b>TERMINAIS, TRILHOS, CANALETAS E ACESSÓRIOS</b>	
<b>Terminais</b>	Terminais prensados, compatíveis com as seções dos condutores, em todas as conexões de cabos.
<b>Trilhos DIN</b>	Trilhos DIN padrão (35 mm) para fixação dos disjuntores e dispositivos modulares.
<b>Canaletas</b>	Canaletas plásticas para organização e condução do cabeamento interno.

<b>Item</b>	<b>Especificação</b>
<b>Acessórios</b>	Todos os acessórios de fixação, isoladores, parafusos, cabeamento interno, plaquetas de identificação e demais materiais necessários à montagem completa.

## 8. MATERIAIS E COMPONENTES

8.1. A tabela a seguir consolida os materiais e componentes **mínimos** necessários ao fornecimento e à instalação do quadro de distribuição. As marcas e modelos indicados constituem referência de qualidade e desempenho, admitindo-se equivalentes técnicos de qualidade igual ou superior.

Item	Qtd.	Especificação Técnica
1	01	Invólucro/caixa metálica de sobrepor, mínimo 40 módulos DIN, IP54, dimensões de referência 800 x 600 x 250 mm.
2	01 cj.	Conjunto de barramento de cobre eletrolítico 100 A (fases sobre isoladores e barras isoladas independentes de Neutro e Terra).
3	01	Proteção frontal do barramento em policarbonato.
4	01	Porta-documentos para painel, formato A4, na face interna da porta.
5	01	Disjuntor geral tripolar em caixa moldada, 100 A, termomagnético, Icc mínimo 15 kA (referência 30 kA/220 V)
6	04	DPS Classe II, 275 V, Imáx 40–45 kA (8/20 µs), Inom 20 kA
7	08	Minidisjuntor bipolar 25 A, curva C, 5 kA, 230/400 V (NBR IEC 60947-2)
8	04	Minidisjuntor bipolar 20 A, curva C, 5 kA, 230/400 V
9	08	Minidisjuntor monopolar 25 A, curva C, 5 kA, 230/400 V
10	08	Minidisjuntor monopolar 20 A, curva C, 5 kA, 230/400 V
11	Conf. nec.	Trilhos DIN, canaletas, terminais prensados, obturadores para espaços reserva, plaquetas de identificação, cabeamento interno, isoladores, acessórios de fixação e demais miscelâneas necessárias à montagem completa.

8.2. Todos os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade, e atender integralmente às normas técnicas aplicáveis (Capítulo 12). A fiscalização poderá exigir catálogo técnico ou amostra dos materiais principais para conferência antes do início da execução.

## 9. SERVIÇOS INCLUSOS NA CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação compreende o fornecimento e a execução, pela Contratada, de todos os itens e serviços a seguir relacionados, sem ônus adicional à Administração além do valor contratado.

### 9.2. Fornecimento

- Quadro de distribuição montado;
- Todos os componentes internos;
- Todos os materiais e acessórios necessários;
- Ferramentas necessárias à execução;
- Equipamentos necessários à execução.

### 9.3. Execução dos serviços

- Desenergização segura do circuito;

- Desmontagem do quadro de distribuição existente (QDF-01);
- Remoção e descarte/destinação ambientalmente adequada do quadro antigo e dos resíduos gerados;
- Instalação e fixação do novo quadro de distribuição;
- Interligações elétricas dos cabos/circuitos existentes ao novo quadro;
- Identificação de todos os circuitos;
- Testes elétricos;
- Startup (energização inicial);
- Comissionamento básico elétrico;
- Deslocamento (transferência) do circuito e do disjuntor de alimentação da Sala de Rede/Servidores (Informática) do quadro a ser substituído para o Quadro Geral de Entrada (QGE) do edifício, localizado externamente ao laboratório, conforme item 9.5;
- Entrega técnica.

#### **9.4. Documentação**

9.4.1. A Contratada deverá fornecer o diagrama/esquema unifilar (em meio físico, afixado na porta, e em meio digital — PDF), o relatório dos testes executados e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

#### **9.5. Adequação da alimentação elétrica da Sala de Rede/Servidores (Informática)**

9.5.1. Integra os serviços de instalação a adequação da alimentação elétrica da Sala de Rede/Servidores (Informática), identificada como Sala Q-25, situada no mesmo edifício, mediante o deslocamento (transferência) do circuito e do respectivo disjuntor que a alimenta — atualmente conectado ao quadro de distribuição a ser substituído — para o Quadro Geral de Entrada (QGE) do edifício, localizado externamente ao laboratório.

9.5.2. A intervenção tem por objetivo aumentar a confiabilidade e a disponibilidade da infraestrutura elétrica que atende a sala de rede, evitando interrupções decorrentes de desligamentos acidentais ou de intervenções indevidas no quadro atualmente utilizado, o qual se encontra em área de acesso a terceiros.

9.5.3. A Sala de Rede/Servidores abriga aproximadamente 08 (oito) servidores e demais equipamentos de rede do edifício, constituindo ambiente crítico para a operação dos sistemas institucionais, que demanda alimentação elétrica contínua e segura.

9.5.4. A Contratada deverá identificar em campo o circuito e o disjuntor correspondentes à Sala de Rede/Servidores, cuja numeração não se encontra previamente identificada, procedendo ao seu isolamento no quadro a ser substituído e à sua transferência para o Quadro Geral de Entrada.

9.5.5. Para a transferência do circuito, poderá ser reaproveitada a infraestrutura subterrânea existente entre o quadro atual e o Quadro Geral de Entrada, mediante passagem de nova fiação ou execução de emendas técnicas, conforme avaliação das condições físicas e elétricas durante a execução dos serviços.

9.5.6. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes, em especial a ABNT NBR 5410, assegurando a correta identificação dos circuitos, o dimensionamento adequado dos condutores, a proteção elétrica apropriada e a

continuidade operacional dos equipamentos instalados na sala. O fornecimento de eventual disjuntor e dos materiais necessários à religação no Quadro Geral de Entrada integra o escopo da contratação.

## 10. ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS

---

10.1. A Contratada será integralmente responsável por executar todas as adequações necessárias à perfeita instalação e ao pleno funcionamento do novo quadro de distribuição, ainda que tais adequações não estejam explicitamente descritas neste Memorial, desde que sejam indispensáveis à execução do objeto.

10.2. Incluem-se, exemplificativamente: os ajustes de fixação; a adequação das entradas e saídas de eletrodutos no invólucro; o reaperto das conexões; a organização e a interligação do cabeamento existente ao novo quadro; e as demais providências técnicas correlatas necessárias para que o sistema elétrico alimentado pelo quadro permaneça operacional e seguro.

10.3. Não faz parte da presente contratação a distribuição e instalação de pontos elétricos pelas salas e ambientes supracitados, restringindo-se, portanto, ao fornecimento e instalação completa do novo quadro de distribuição, ressalvado o serviço de deslocamento (transferência) do circuito de alimentação da Sala de Rede/Servidores (Informática) previsto no item 9.5 deste Memorial, o qual integra o escopo da contratação.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

---

11.1. Constituem obrigações da Contratada, sem prejuízo das demais previstas neste Memorial, no edital e na legislação aplicável:

- Fornecer integralmente o objeto (quadro montado, componentes, materiais, acessórios, ferramentas e equipamentos), responsabilizando-se pelo fornecimento completo;
- Designar responsável técnico legalmente habilitado e registrado no CREA/SP e providenciar a emissão da respectiva ART;
- Assumir a responsabilidade técnica integral e única pela conformidade, segurança e desempenho do sistema elétrico instalado;
- Executar os serviços em estrita observância às normas técnicas e de segurança aplicáveis (Capítulo 12), em especial a NR-10;
- Zelar pela segurança de toda a equipe e de terceiros, empregando os equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI/EPC) e adotando os procedimentos de desenergização, análise preliminar de risco e permissão de trabalho, inclusive em coordenação com as demais frentes de obra em curso no local;
- Manter o local de trabalho organizado e proceder à limpeza técnica da área ao término dos serviços;
- Promover a destinação ambientalmente adequada dos resíduos e do quadro removido, conforme a Lei nº 12.305/2010 e legislação correlata;
- Corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas, defeitos ou inadequações constatados na execução dos serviços ou durante o prazo de garantia;
- Reparar ou indenizar danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto;

- Fornecer a documentação técnica (esquema unifilar, relatório de testes e ART) e realizar a entrega técnica;
- Cumprir os prazos de entrega e de garantia estabelecidos;
- Disponibilizar catálogo técnico ou amostra dos materiais principais para conferência pela fiscalização, quando solicitado.

## 12. NORMAS TÉCNICAS E LEGISLAÇÃO

---

12.1. A execução do objeto deverá observar, no mínimo, as seguintes normas técnicas e dispositivos legais, em suas edições vigentes:

### 12.2. Normas técnicas

- ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR IEC 61439 (partes 1 e 2) – Conjuntos de manobra e comando de baixa tensão (e ABNT NBR IEC 60439-3, conforme referência do Memorial base);
- ABNT NBR IEC 60529 – Graus de proteção providos por invólucros (Código IP);
- ABNT NBR 5419 – Proteção contra descargas atmosféricas (interface com DPS e equipotencialização);
- ABNT NBR IEC 60947-2 – Disjuntores de baixa tensão;
- ABNT NBR 6146 – Invólucros de equipamentos elétricos – Proteção.

### 12.3. Normas regulamentadoras

- NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- NR-35 – Trabalho em altura (quando aplicável);
- NR-18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção (quando aplicável);
- NR-12 e NR-26 – Segurança em máquinas e sinalização de segurança (quando aplicável).

### 12.4. Legislação

- Lei nº 14.133/2021 – Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Resolução CONAMA nº 307/2002 – Resíduos da construção civil;
- Demais normas e regulamentações estaduais aplicáveis à USP.

12.5. Em caso de divergência entre normas, prevalecerá a exigência tecnicamente mais rigorosa, sempre em favor da segurança e da qualidade da instalação.

## 13. ART – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

---

13.1. A Contratada deverá designar responsável técnico legalmente habilitado e registrado no CREA/SP, com atribuições compatíveis com o objeto.

13.2. Deverá ser emitida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente ao fornecimento e à instalação do quadro de distribuição.

13.3. A ART, devidamente quitada, deverá ser entregue à fiscalização previamente ao início dos serviços e, obrigatoriamente, antes do recebimento definitivo do objeto.

13.4. A empresa deverá possuir registro ou inscrição no CREA/SP, com âmbito de atuação compatível, podendo a Administração exigir Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços de instalação elétrica em edificações.

## **14. TESTES E COMISSIONAMENTO**

---

14.1. Concluída a instalação, a Contratada deverá executar, no mínimo, os seguintes testes e verificações, registrando os resultados em relatório a ser entregue à fiscalização:

- Inspeção visual e verificação dimensional;
- Verificação da identificação dos circuitos;
- Reaperto das conexões elétricas;
- Verificação de continuidade elétrica;
- Verificação do aterramento (continuidade do condutor de proteção – PE);
- Verificação/teste de isolamento;
- Teste dos dispositivos de proteção (disjuntores e DPS);
- Verificação funcional;
- Energização inicial (startup) e energização assistida/acompanhada até a confirmação do correto funcionamento dos circuitos.

14.2. A energização assistida deverá ser conduzida com observância integral da NR-10 e dos procedimentos de segurança aplicáveis.

## **15. RECEBIMENTO**

---

### **15.1. Recebimento Provisório**

15.1.1. Após a conclusão dos serviços, o objeto será recebido provisoriamente, mediante termo, para posterior verificação da conformidade com as especificações deste Memorial, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

### **15.2. Recebimento Definitivo**

15.2.1. O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação da qualidade dos materiais e serviços, dos resultados dos testes, da entrega da documentação técnica (ART, esquema unifilar e relatório de testes) e da comprovação do pleno e seguro funcionamento de todos os circuitos alimentados pelo quadro.

15.2.2. O recebimento definitivo fica expressamente condicionado ao perfeito funcionamento de todos os circuitos atendidos pelo quadro e à entrega da respectiva ART.

15.3. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança e adequação do objeto executado.

## **16. GARANTIA**

---

16.1. A Contratada deverá prestar garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo do objeto pela Administração.

16.2. A garantia abrangerá tanto os materiais e componentes fornecidos quanto os serviços de instalação executados.

16.3. Durante o período de garantia, a Contratada deverá corrigir, sem qualquer ônus para a Administração, eventuais defeitos, falhas ou inadequações, incluindo deslocamento, mão de obra e substituição de peças.

16.4. Prevalecerão as garantias legais e as garantias de fabricante quando estabelecerem prazos ou condições mais benéficos à Administração.

## **17. DISPOSIÇÕES FINAIS**

---

17.1. O quadro de distribuição deverá ser entregue completamente montado, instalado, identificado, testado, energizado e em pleno funcionamento.

17.2. Após a instalação, toda a infraestrutura elétrica alimentada pelo quadro deverá permanecer plenamente operacional, segura e em conformidade com as normas técnicas vigentes.

17.3. A contratação é realizada de forma unificada (fornecimento e instalação), com responsabilidade técnica única e emissão de uma única ART, sendo vedado o parcelamento do objeto, de modo a assegurar a responsabilização integral pela conformidade técnica, segurança e desempenho do sistema elétrico instalado, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

17.4. Os casos omissos serão resolvidos pela fiscalização do contrato, à luz das normas técnicas aplicáveis e da Lei nº 14.133/2021.

17.5. O prazo de entrega e instalação observará o estabelecido no edital e no Estudo Técnico Preliminar, tendo-se como referência o prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão da nota de empenho.



# USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

## Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código ARKQ-EJLH-FMF9-36UG no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/ARKQ-EJLH-FMF9-36UG>

**Ricardo Gariba Silva**

**Nº USP:** 90158

**Data:** 30/06/2026 14:35